



Prefeitura do Município de Porto Velho
Secretaria Municipal de Fazenda - SEMFAZ



Número da Nota
00000000000196/A
 Código de Verificação
G3QAAFENV

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e
- NOTA PORTOVELHENSE -

Data/Hora da Emissão
31/07/2019 16:25

Competência
07/2019

Município de Prestação do Serviço
Porto Velho/RO

Regime de Tributação
SIMPLES NACIONAL

Exigibilidade do ISSQN
Exigível

PRESTADOR DOS SERVIÇOS

Nome/Razão Social
LOURA & ALMEIDA ADVOGADOS ASSOCIADOS CNPJ
14.624.362/0001-68
 Endereço
RUA TENREIRO ARANHA Número:
2385 Complemento
1 ANDAR SALA 01
 Bairro
CENTRO Cidade
PORTO VELHO UF
RO CEP
76801-092

Inscrição Municipal
14241133

Email

TOMADOR DE SERVIÇOS/DESTINÁRIO

Nome/Razão Social
DIRLAINE JAQUELINE CASSOL CNPJ/CPF
35124032200
 Endereço
PALÁCIO DO CONGRESSO NACIONAL Número:
 Complemento
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, ANEXO IV
 Bairro
PRAÇA DOS TRÊS PODERES Cidade
BRASÍLIA UF
DF CEP
70160-900
 Inscrição Municipal
 Email
dep.jaquelinecassol@camara.leg.br País
BRASIL

CÓDIGO DO SERVIÇO

017.014 - Advocacia

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Elaboração de estudos, notas técnicas, emendas sobre medidas provisórias, projetos de lei (complementares e ordinárias) em tramitação na Câmara dos Deputados, requerimentos projetos de lei vinculados ao exercício do mandato parlamentar referente ao mês de junho de 2019.

VALOR TOTAL DO SERVIÇO

R\$ 7.500,00

Valor Deduções (R\$)	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor do ISSQN (R\$)	ISSQN Retido (R\$)	Crédito (R\$)
0,00	7.500,00	2,38	178,50	0,00	0,00

RETENÇÕES FEDERAIS

PIS (R\$)	COFINS (R\$)	INSS (R\$)	IR (R\$)	CSLL (R\$)	Outras Retenções (R\$)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Informações Complementares:

Esta NFS-e foi emitida conforme Lei Complementar n°. 456, de 03 de maio de 2012 e Decreto n°. 12.879/2012.
 Empresas optantes do Simples Nacional não geram créditos para desconto do IPTU, conforme inciso III do Parágrafo Único do Art. 2 da Lei Complementar n° 456/2012.
 O ISSQN incidente sobre o serviço discriminado nesta NFS-e é devido no Município de Porto Velho/RO.

PAGO
 em **31/07/2019**

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Relatório de serviços prestados de Assessoria Jurídica referente ao contrato firmado entre Loura & Almeida Advogados Associados S/c e DEP. FEDERAL JAQUELINE CASSOL, no mês de Junho de 2019, conforme as necessidades da sua atividade parlamentar.

Projeto de Emenda:

- Elaboração de minuta de Projeto de Emenda Aditiva a MPV Nº 884, DE 14 de Junho de 2019, que "Altera a redação do artigo 4º da Lei nº 12.334, 20 de setembro de 2010".
- Elaboração de minuta emenda a PEC 70-C/2011, que "Altera o procedimento de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional".

Parecer a Projeto de Lei:

- Elaboração de minuta de parecer de Projeto de Lei Nº 2.790, DE 09 DE Maio de 2019, que "Altera a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 (Estatuto de Proteção e Defesa Civil), para incluir a prevenção a desastres induzidos por ação humana".
- Elaboração de minuta de parecer de Projeto de Lei Nº 18, 04 de Fevereiro de 2019, que "Estabelece princípios e regras específicos para barragens destinadas à acumulação ou à disposição final ou temporária de rejeitos e resíduos industriais ou de mineração e a barragens de água ou líquidos associados a processos industriais ou de mineração, independentemente do porte e do potencial poluidor, em caráter complementar à Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), instituída pela Lei Federal nº 12.334, de 20 de setembro de 2010".
- Elaboração de minuta de parecer de Projeto de Lei Nº 2.787, de 09 de Maio de 2019, que "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para tipificar o crime de ecocídio e a conduta

- delitiva do responsável por desastre relativo a rompimento de barragem, e dá outras providências".
- Elaboração de minuta de parecer de Projeto de Lei Nº 2.053-F, de 27 de Setembro de 2015, que "Dispõe acerca da constituição de imóvel rural ou fração deste como patrimônio de afetação, institui a cédula imobiliária rural, e dá outras providências".
 - Elaboração de minuta de parecer de Projeto de Lei Nº 6.969, de 17 de Dezembro de 2017, que "Institui a Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro (PNCMar) e dá outras providências".
 - Elaboração de minuta de parecer de Projeto de Lei Nº 7.223, de 28 de Março de 2007, que "Cria regime penitenciário de segurança máxima".
 - Elaboração de minuta de parecer de Projeto de Lei Nº 2.790, de 12 de Dezembro de 2011, que "Altera dispositivos da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para dispor sobre a competência do órgão ambiental da União para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo para apuração de infrações à legislação ambiental cometidas na área da Amazônia, e dá outras providências".
 - Elaboração de minuta de parecer de Projeto de Lei Nº 466-C, de 25 de Fevereiro de 2015, que "Dispõe sobre a adoção de medidas que assegurem a circulação segura de animais silvestres no território nacional, com a redução de acidentes envolvendo pessoas e animais nas estradas, rodovias e ferrovias brasileiras".
 - Elaboração de minuta de parecer de Projeto de Lei Nº 1.292, de 27 de Setembro de 2017, que "Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios".
 - Elaboração de minuta de parecer de Projeto de Lei Nº 550, de 05 de Fevereiro de 2019, que "Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, para reforçar a efetividade da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para dotar de novos instrumentos o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) no exercício de sua atribuição de zelar pela implementação da PNSB".
 - Elaboração de minuta de parecer de Projeto de Lei Nº 37, de 03 de Fevereiro de 2011, que "Dispõe sobre o regime de aproveitamento das substâncias minerais, com exceção dos minérios nucleares, petróleo,

gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos e das substâncias minerais submetidas ao regime de licenciamento de que trata o inciso III do art. 2º do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967".

- Elaboração de minuta de parecer ao Projeto de Lei de Conversão Nº, DE 2019 proveniente da medida provisória Nº 875, DE 2019, que "Institui o Auxílio Emergencial Pecuniário para Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família e para Beneficiários do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social e da Renda Mensal Vitalícia, residentes no Município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais, em decorrência do estado de calamidade pública reconhecido pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério do Desenvolvimento Regional".



Loura & Almeida Advogados Associados S/c

CNPJ: 14.824.662/0001-68